

**A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE PESQUISA  
ACADÊMICA BRASILEIRA (1940–2023)**

**THE HISTORY OF THE TEXTBOOK AS A OBJECT OF BRAZILIAN ACADEMIC  
RESEARCH (1940–2023)**

**HISTORIA DEL LIVRO DE TEXTO COMO OBJETO DE INVESTIGACIÓN  
ACADÉMICA BRASILEÑA (1940–2023)**

Aline Loretto Garcia<sup>1</sup>  
Adriana Almeida Sales de Melo<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo traça um histórico do livro didático como objeto de pesquisa no Brasil entre 1940 e 2023, com buscas realizadas no *Google Scholar* e no Banco de Teses e Dissertações da Capes. A primeira plataforma forneceu artigos entre 1940 e 2023; a segunda, dissertações e teses de 1987 a 2016. Em ambas, utilizou-se o termo “livro didático” como descritor. A metodologia adotada combinou abordagens quantitativas e qualitativas: além da quantificação dos trabalhos encontrados na base da Capes, analisou-se o conteúdo dos estudos disponíveis nas duas plataformas, com o objetivo de identificar os principais temas investigados e as correntes teóricas e metodológicas que orientam a produção acadêmica sobre o tema. Os resultados permitem identificar três fases na pesquisa sobre o livro didático no Brasil. A primeira, de 1940 a 1978, é composta por estudos iniciais, ainda incipientes e dispersos, sem articulação entre si nem

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Educação; Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Mundialização da Educação (GEP-Mundi – CNPq/UnB); Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0000-7197-4820>. E-mail: [alineloretto@gmail.com](mailto:alineloretto@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação (Política Educacional), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade de Brasília – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação; Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Mundialização da Educação (GEP-Mundi – CNPq/UnB); Investigadora Colaboradora da Universidade Lusófona (CeIED/ULHT); Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6749-4725>. E-mail: [adrianasalesdemelo@gmail.com](mailto:adrianasalesdemelo@gmail.com).



ancoragem teórica clara, mas que lançam as primeiras problematizações sobre o papel e o uso do livro didático. A segunda, de 1978 a 1993, é marcada pela influência da teoria histórico-crítica, com ênfase na análise ideológica dos conteúdos e na função do livro como instrumento de mediação no processo de reprodução social. A terceira, de 1993 a 2023, apresenta uma ampliação do escopo teórico e metodológico, incorporando abordagens diversas, com destaque para a influência da História Cultural. Nessa fase, os estudos passam a considerar não apenas os conteúdos, mas também aspectos materiais, editoriais e os usos sociais do livro didático, além de incluir análises meta-analíticas.

**Palavras-chave:** Livro didático. História da educação. Mapeamento de pesquisas.

**ABSTRACT**

This study traces the history of the textbook as a research object in Brazil between 1940 and 2023, based on searches conducted in Google Scholar and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD/CAPES). The first platform provided access to articles from 1940 to 2023; the second included dissertations and theses defended between 1987 and 2016. In both databases, the term “*livro didático*” (textbook) was used as a keyword. The adopted methodology combined quantitative and qualitative approaches: in addition to quantifying the works found in the CAPES database, the content of studies available in both platforms was analyzed to identify the main research themes and the theoretical and methodological frameworks guiding academic production in this field. The results reveal three distinct phases in textbook research in Brazil. The first, from 1940 to 1978, consists of initial, still incipient and dispersed studies, lacking theoretical grounding or articulation, but which raised early questions about the role and use of textbooks. The second phase, from 1978 to 1993, is marked by the influence of historical-critical theory, with an emphasis on the ideological analysis of content and the textbook’s role as a mediating tool in the process of social reproduction. The third phase, from 1993 to 2023, shows a broadening of theoretical and methodological perspectives, incorporating diverse approaches, with a notable influence from Cultural History. In this phase, studies began to address not only content, but also material, editorial, and social aspects of textbook use, in addition to including meta-analytical studies.

**Keywords:** Textbook. History of education. Research mapping.

### **RESUMEN**

Este estudio traza una historia del libro de texto como objeto de investigación en Brasil entre 1940 y 2023, a partir de búsquedas realizadas en Google Scholar y en el Banco de Tesis y Disertaciones de Capes. La primera plataforma proporcionó artículos entre 1940 y 2023; la segunda, tesis y disertaciones desde 1987 hasta 2016. En ambas se utilizó el término “libro didáctico” como descriptor. La metodología adoptada combinó enfoques cuantitativos y cualitativos: además de la cuantificación de los trabajos encontrados en la base de Capes, se analizó el contenido de los estudios disponibles en ambas plataformas, con el objetivo de identificar los principales temas investigados y las corrientes teóricas y metodológicas que orientan la producción académica sobre el tema. Los resultados permiten identificar tres fases en la investigación sobre el libro de texto en Brasil. La primera, de 1940 a 1978, está compuesta por estudios iniciales, aún incipientes y dispersos, sin articulación entre sí ni anclaje teórico claro, pero que plantean las primeras problematizaciones sobre el papel y el uso del libro didáctico. La segunda, de 1978 a 1993, está marcada por la influencia de la teoría histórico-crítica, con énfasis en el análisis ideológico de los contenidos y en la función del libro como instrumento de mediación en el proceso de reproducción social. La tercera, de 1993 a 2023, presenta una ampliación del marco teórico y metodológico, incorporando enfoques diversos, con destaque para la influencia de la Historia Cultural. En esta fase, los estudios pasan a considerar no solo los contenidos, sino también los aspectos materiales, editoriales y los usos sociales del libro didáctico, además de incluir análisis metaanalíticos.

**Palabras clave:** Libro didáctico. Historia de la educación. Mapeo de investigaciones.

### **INTRODUÇÃO**

Em 1998, John Issitt, professor do Departamento de Educação da Universidade de York, revelou, em sua pesquisa, um fenômeno intrigante sobre livros didáticos. Ao compartilhar seus achados com alunos e colegas, era comum notar desconforto e

---

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**

Unidade Universitária de Campo Grande

ISBN: 2526-4052 | Volume 10 | Nº 21 | Ano: 2026 – DOI:<https://doi.org/10.61389/frqvp914>

relatos sobre a memorização exaustiva exigida por esses materiais. Muitos se perguntavam o que poderia haver de interessante neles. Para Issitt, essa reação refletia uma postura comum na Academia Britânica, onde os livros didáticos eram ignorados como objeto legítimo de estudo. Segundo ele, esse desprezo vinha, em parte, da ideia de que esses livros eram pouco criativos, apenas formalizações do saber destinadas ao consumo passivo dos estudantes, algo visto como indigno de atenção por intelectuais mais engajados.

Não seria exagero afirmar que o fenômeno identificado por Issitt na Academia Inglesa encontrou ressonância na Academia Brasileira. Quem nos relata isso é Kazumi Munakata, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2012, Munakata publicou um artigo intitulado *O livro didático: alguns temas de pesquisa*, no qual afirmou, com entusiasmo, que o livro didático, antes visto como um desvio nas pesquisas acadêmicas no âmbito do campo educacional, finalmente passou a ser reconhecido por sua verdadeira importância: ele é um campo fértil para os estudos e abre oportunidade para que diversos aspectos da educação escolar e de sua história sejam esclarecidos.

Para Munakata (2012), um marco importante na valorização do livro didático como objeto de investigação no Brasil foi a tese de doutorado de Circe Bittencourt, defendida em 1993: *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Embora o livro didático já fosse abordado como política pública na academia brasileira, Bittencourt inovou ao analisar sua produção editorial voltada ao mercado, e sua presença nas escolas como dispositivo central da cultura escolar. Desde então, observa-se um crescimento contínuo nas pesquisas sobre essa categoria de material escolar, o que reflete seu crescente reconhecimento acadêmico.

Com a ascensão dos livros didáticos a uma posição de destaque nos estudos educacionais, tanto no Brasil quanto, possivelmente, no mundo, o estudioso francês



Choppin sublinhou duas condições essenciais para garantir a qualidade dessas produções:

Inicialmente, um trabalho de coleta e de tratamento sistemático das fontes: é preciso empreender ou proceder à constituição e ao desenvolvimento de grandes instrumentos de pesquisa, monografias de editoras, repertórios de textos oficiais ou bancos de dados bibliográficos, e colocá-las, tanto quanto possível, à disposição da comunidade científica através da internet. Em segundo lugar, um trabalho de reflexão metodológica: uma das características essenciais da pesquisa sobre o livro e edição escolares é sua interdisciplinaridade, no sentido amplo, e um dos principais perigos aos quais se expõe qualquer pesquisador, trabalhando só, isolado, é de dar a uma realidade complexa uma análise reducionista, até mesmo errônea. Então, se o manual é o produto de competências diversas, por que não seria o mesmo para a pesquisa que o toma como objeto? (Choppin, 2012, p. 23).

Partindo desse fundamento, torna-se necessário aprofundar o exame da produção acadêmica brasileira dedicada ao tema, o que implica enfrentar questões-chave para a compreensão da centralidade do livro didático no campo educacional: de que forma e por quais razões o debate sobre o livro didático ganhou destaque no cenário educacional brasileiro? Quais são as questões cruciais em jogo? Quem são os principais interlocutores nesse diálogo? Quais bases teóricas sustentam essas discussões?

Com essas indagações como norte, este estudo traçou um histórico do debate sobre o livro didático no Brasil, desde a década de 1940 até 2023, examinando como essa temática tem sido abordada pelos pesquisadores brasileiros no contexto educacional. Longe de pretender realizar uma análise exaustiva, esta investigação buscou mapear as trajetórias intelectuais percorridas, revelando os principais eixos temáticos que emergiram ao longo do tempo, assim como os entrelaçamentos teórico-metodológicos que estruturam e permeiam esse campo de estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho foi desenvolvido em três fases, que se distinguem por problematizações mais específicas e por peculiaridades de abordagens e fundamentação metodológica.



A primeira fase, de 1940 a 1978, é marcada por estudos pontuais e sem uma base teórico-metodológica comum. Apesar disso, esses trabalhos foram fundamentais para abrir espaço às discussões que seriam aprofundadas posteriormente. O ponto de partida é o artigo *A questão econômica do livro brasileiro*, de Ranulfo Pereira da Silva, publicado em 1940 na Revista do Serviço Público, considerado o primeiro estudo sobre o tema. A obra discute estratégias para baratear a produção de livros no Brasil, com atenção especial aos didáticos.

A segunda fase, de 1978 a 1993, tem início com a dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, defendida na PUC-SP e publicada como *As belas mentiras: ideologia e texto didático de leitura*. Nesse estudo, Nosella analisa como os livros didáticos de leitura do ensino fundamental transmitem uma visão distorcida da realidade, reforçando os valores da classe dominante. Amparada em autores como Althusser e sua concepção da escola como aparelho ideológico do Estado, a autora inaugura uma abordagem histórico-crítica na análise dos livros didáticos. A partir desse marco, multiplicaram-se pesquisas que revelaram mensagens — sutis ou explícitas — de autoritarismo, preconceito, machismo, racismo, individualismo e naturalização das desigualdades nos textos e imagens dos livros didáticos.

A terceira fase, iniciada em 1993 com a tese de Circe Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, marca a consolidação de uma produção acadêmica mais robusta sobre o tema. Esse período se caracteriza pela diversidade de enfoques e metodologias, ainda assim com forte presença da história cultural como base interpretativa.

Para realizar essa pesquisa, foram utilizadas como fontes o *Google Scholar*, que permitiu a busca por artigos publicados sobre o tema entre 1940 e 2023, e o Banco de Teses e Dissertações da Capes, que ofereceu acesso a dissertações e teses defendidas entre 1987 e 2016, recorte temporal correspondente à disponibilidade da plataforma.



Em ambas as plataformas, o termo “livro didático” foi empregado como descritor. Além disso, foram considerados livros e capítulos de livros que tratem do assunto.

A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem mista, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos. No plano quantitativo, a análise concentrou-se na identificação do volume de publicações e dos principais temas abordados. No plano qualitativo, procedeu-se à leitura e à análise de conteúdo de artigos, teses e livros publicados entre 1940 e 2023, período definido como horizonte analítico da pesquisa.

### **1. Pioneirismo na pesquisa sobre livros didáticos no Brasil: as décadas iniciais (1940 a 1978)**

Ao realizarmos uma busca no *Google Scholar* com o termo “livro didático”, delimitando o período entre 1940 e 1978, encontramos 278 resultados. Inicialmente, essa quantidade causou satisfação, sugerindo uma base ampla para análise. No entanto, a leitura atenta revelou que muitos desses textos eram apenas trechos de legislações da época relacionadas ao tema, o que gerou certa frustração. Ainda assim, uma descoberta se destacou: o primeiro artigo que, de fato, tratava da questão do livro didático. Publicado em 1940 na *Revista do Serviço Público*, o texto datilografado, com folhas amareladas, intitula-se *A questão econômica do livro brasileiro* e foi escrito por Ranulfo Pereira da Silva.

O artigo de Silva pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, o autor identifica os fatores responsáveis pelo alto custo dos livros nacionais, como a dependência da importação de papel e celulose. No segundo, discute as políticas implementadas durante o governo Vargas para reduzir esses custos e ampliar o acesso aos livros, com destaque para as medidas fiscais voltadas ao fortalecimento da indústria nacional.

No que diz respeito ao livro didático, Silva destaca como principal iniciativa do governo a transferência da responsabilidade por sua edição ao Instituto Nacional do Livro (criado em 1937), antes atribuída às editoras privadas. Ele elogia essa medida e argumenta que a produção estatal de livros, como no modelo mexicano, permitiria sua venda a preço de custo diretamente aos estudantes, em conformidade com os artigos 128 e 129 da Constituição de 10 de novembro de 1937.

A análise do artigo mostra que, além de discutir o problema do custo do livro nacional, incluindo o didático, Silva utiliza a obra para enaltecer as ações do governo Vargas voltadas à ampliação do acesso à leitura. Como observa Reis (2015), a Revista do Serviço Público, onde o texto foi publicado, atuava como veículo oficial de comunicação entre o governo estadonovista (1937–1945) e o funcionalismo público, funcionando tanto como registro formal quanto como instrumento de propaganda das políticas de Vargas.

Ainda que o artigo tenha um claro viés propagandístico, a questão do preço do livro didático parece ter sido um tema de relevância nos debates da década de 1940. Essa relevância pode ser evidenciada pelo fato de que essa discussão ressurgiu em 1948, com a publicação do artigo *A questão econômica do livro brasileiro* do escritor Rubem Braga.

Nesse texto, que ultrapassa as características de um simples artigo e assume o caráter de um manifesto em defesa do livro nacional, Rubem Braga critica um projeto de lei em tramitação no Senado Federal cujo objetivo era reajustar as tarifas postais e telegráficas. Especialmente preocupante era o significativo aumento proposto para as tarifas aplicadas aos livros, sendo de 100% para os livros comuns e de 400% para os livros didáticos. Braga argumenta que, diante de tal aumento, o público leitor seria desencorajado a adquirir livros. Contudo, ele ressalta que há um tipo de livro cuja compra o chefe de família não poderia evitar: a do livro didático, essencial para a



educação de seus filhos. Em uma passagem expressiva e, ao mesmo tempo, irônica, Braga declara:

Mas há um livro que o pai de família é obrigado a comprar: o livro de estudo de seu filho. Esse livro já é muito caro no Brasil; agora, o governo se empenha em aumentar ainda mais o seu preço, quintuplicando o selo... Esperemos que os homens cultos do Senado percebam essa insensatez. Quando mais não seja, em consideração a alguns de seus colegas, que talvez precisem com urgência de vários livros do primeiro ano primário [...] (Braga, 1948).

Identificamos apenas dois artigos que abordam o tema do livro didático no Brasil durante a década de 1940, ambos focados na questão do preço e na problemática do custo desses materiais. É importante destacar que, já nesses textos, o livro didático é tratado como uma categoria distinta do livro comum, devido à sua função pedagógica. Na década de 1950, embora os estudos ainda fossem escassos, nota-se uma ampliação do escopo das investigações, exemplificada pela obra pioneira de Dante Moreira Leite.

O artigo *Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos brasileiros*, publicado na Revista de Sociologia, faz uma análise crítica da representação do negro em livros didáticos no Brasil. Partindo da premissa de que o livro didático brasileiro constrói “uma realidade adaptada ao ideal que o escritor pretende incutir em seus leitores” (LEITE, 1950), o autor identificou e categorizou as diferentes formas de preconceito racial presentes nesses materiais. Entre as categorias apontadas, estão: a ausência de representação de personagens negros na sociedade retratada pelos livros; a representação do negro em uma posição social inferior à do branco; o tratamento do personagem negro com desprezo; a visão do negro como alguém digno de piedade; e a valorização da raça branca como a mais bela.

É importante contextualizar o período em que Dante Moreira Leite publicou seu trabalho. Segundo Bittencourt (2011), na década de 1950, intensificou-se a preocupação com os livros didáticos de História, especialmente no âmbito de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO). Essas organizações buscavam promover mudanças nas produções educacionais, principalmente nos países envolvidos em conflitos, com o objetivo de reformular as relações internacionais. Pretendia-se substituir a visão da guerra como motor da história por uma abordagem voltada à promoção da paz. Nesse contexto, surgiram estudos críticos que denunciavam preconceitos e estereótipos nos conteúdos escolares, buscando eliminar manifestações que pudessem alimentar a hostilidade entre nações por meio da educação.

Como relatou Negrão (1988), essa preocupação levou à criação de uma parceria entre a Unesco e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), estabelecida entre 1956 e 1957 com o objetivo de analisar o conteúdo dos livros didáticos brasileiros e de outros materiais educacionais utilizados por professores e alunos, em resposta às demandas por um currículo mais inclusivo e promotor de paz.

Esse projeto resultou na publicação de dois artigos. Bazzanella (1957) realizou uma análise de dez livros de leitura destinados a alunos da quarta série primária, com o objetivo de identificar estereótipos relacionados aos negros. O autor destaca que, embora quinze lições mencionem a figura do negro, em todas, exceto uma, ele é retratado de forma positiva. Na única lição em que ocorre estereotipação, um menino negro é ridicularizado por aspirar a ser médico, revelando um viés preconceituoso na narrativa.

Hollanda (1957), professor da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, analisou vinte manuais do antigo curso ginasial — dez de História do Brasil, seis de História da América e quatro de História Moderna e Contemporânea. Observou que apenas cinco condenavam a escravidão, enquanto a maioria a justificava como necessidade econômica. Sobre os maus-tratos, só quatro manuais os mencionavam, e alguns alegavam que os escravos eram tratados como membros da família.

Além desse artigo, Hollanda foi pioneiro na publicação de um livro sobre livros didáticos no Brasil: *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o*

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**

Unidade Universitária de Campo Grande

ISBN: 2526-4052 | Volume 10 | Nº 21 | Ano: 2026 – DOI:<https://doi.org/10.61389/frqvp914>

*ensino secundário brasileiro (1931–1956)*. Na obra, realiza uma análise histórico-documental de compêndios escolares, decretos e programas oficiais, mapeando as transformações educacionais e culturais do ensino de História. Sua contribuição metodológica destaca-se por articular a análise dos conteúdos com a crítica às ideologias formativas, revelando os mecanismos de construção da identidade nacional presentes no discurso escolar da época.

Na década de 1960, o estado de São Paulo, em sintonia com a iniciativa federal de criar grupos de estudo sobre o livro didático, formou seu próprio grupo de estudos sobre o tema. Dessa iniciativa resultou o artigo intitulado *O livro didático: sua grande missão e suas condições mínimas*, escrito pelo professor de Geografia da Universidade de São Paulo Aroldo de Azevedo.<sup>3</sup> A obra é estruturada em três partes. Na primeira, examina-se a função pedagógica do livro didático, elucidando-se seu papel central no processo educativo. A segunda parte explora a intervenção do Estado nessa política pública, com destaque para a atuação da Comissão Nacional do Livro Didático e a interação entre o Estado e as escolas na escolha desse material. Por fim, a terceira seção discute as condições mínimas necessárias para assegurar a qualidade dos livros didáticos.

Paralelamente a isso, na mesma década, foram publicados artigos que analisaram a qualidade dos livros didáticos em disciplinas específicas. Nesses estudos, o livro didático começou a ser visto não apenas como uma ferramenta de ensino, mas também como um agente de homogeneização dos currículos dessas disciplinas. A ideia de um “bom” livro passou a ser associada à sua capacidade de proporcionar uma unidade pedagógica à classe de alunos. Exemplos dessa concepção podem ser

---

<sup>3</sup> No prólogo de seu artigo, Aroldo de Azevedo salienta que, como integrante do Grupo de Estudo do Livro Didático, instituído pelo Secretário da Educação do Estado de São Paulo em 1960, teve a oportunidade de oferecer o trabalho que será apresentado, de caráter geral, mas totalmente aplicável ao caso específico da Geografia.

encontrados na *Gramática da Língua Portuguesa* de Rolando Morel Pinto (1960) e em *O livro didático de Física* de Paulo Pereira Muniz (1965).

O levantamento das pesquisas focadas no livro didático entre as décadas de 1940 e 1970 evidencia uma variedade de investigações, que, naquele período, apresentavam-se dispersas e careciam de uma estrutura teórico-metodológica consolidada nas análises. Esses estudos, embora não organizados sob um referencial comum, foram fundamentais para abrir novas possibilidades e estimular o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas no futuro.

Cabe salientar que, se até a década de 1970, não se delineava uma trajetória clara nas abordagens que tomavam o livro didático como objeto de estudo, essa conjuntura foi transformada com a defesa da dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella. Esse trabalho sinaliza o início de uma nova etapa nas análises sobre o livro didático no Brasil, ao ser avaliado a partir do viés ideológico.<sup>4</sup>

## **2. As belas mentiras: o livro didático como reprodutor da ideologia capitalista (1978-1993)**

Em 1978, Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos de leitura das primeiras séries do 1º Grau*, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação de Demerval Saviani<sup>5</sup>. No estudo, Nosella analisou a distância entre a

---

<sup>4</sup> A análise dos livros a partir de um viés ideológico já estava presente, ainda que de forma sutil e sem uma teorização formal, nas críticas de alguns trabalhos desenvolvidos nos anos 1950, em especial na tentativa de transformar o livro didático em um instrumento de promoção da paz.

<sup>5</sup> Demerval Saviani é um dos principais filósofos da educação no Brasil, reconhecido por sua contribuição à pedagogia histórico-crítica. Nascido em 1943, desenvolveu uma perspectiva teórica que busca articular educação e transformação social, defendendo o papel da escola na transmissão sistematizada do conhecimento como condição para a emancipação dos sujeitos



realidade vivida pelas crianças e a realidade representada nos textos de leitura de livros didáticos recomendados pelo MEC para as quatro primeiras séries do primeiro grau.

Partindo da ideia de que, em sociedades capitalistas, a escola exerce a função de difundir a ideologia dominante, ela destacou o livro didático como um dos principais instrumentos desse processo. A investigação se organizou em torno de uma pergunta central: de que forma a ideologia dominante é transmitida por meio dos livros didáticos e convertida em conteúdo cotidiano nas escolas?

Como referência teórica, Nosella utilizou os marxistas Nicos Poulantzas (1980), de quem extraiu a noção de Estado como instância de coesão social, e Louis Althusser (1974), cuja concepção de aparelho ideológico de Estado a ajudou a compreender a escola como meio privilegiado de reprodução da ideologia dominante.

De forma semelhante à análise de Nosella, outros estudos foram realizados com o intuito de denunciar o caráter ideológico presente nos livros didáticos. Franco, em sua tese de doutorado, defendida em 1981, apresenta uma análise crítica das representações historiográficas veiculadas pelos livros didáticos de ensino secundário no Brasil<sup>6</sup>. A autora busca revelar como os processos editoriais, as escolhas pedagógicas e as influências ideológicas resultam em uma versão específica da história nacional.

Partindo desse mesmo pressuposto, é possível destacar outros trabalhos que analisam a escola como um aparelho ideológico do Estado, sendo o livro didático um instrumento fundamental na disseminação da ideologia dominante. Entre esses trabalhos, merece menção o livro *O livro didático e a popularização do saber escolar* (1984), de Kátia Maria Abud. No âmbito das dissertações, destacam-se *Elementos ideológicos subjacentes à educação e à psicologia frente à aprendizagem de valores*

---

<sup>6</sup> Assim como a dissertação de Nosella, a tese de Franco, intitulada *História do Brasil: a versão fabricada nos livros didáticos de 2º grau*, foi posteriormente publicada como o livro *O livro didático de História no Brasil: a versão fabricada*.

*sociomora*s: análise de textos didáticos de moral e cívica (1987), de Verônica Lúcia do Rêgo Luna, e *O livro didático brasileiro* (1989), de Cláudia Rathlef.

Essa abordagem crítica da ideologia nos livros didáticos ampliou-se com o tempo e deu origem a investigações que, além de examinarem a estrutura ideológica, começaram a analisar as representações de grupos específicos nesses materiais, como a do feminino, do negro e das relações raciais.<sup>7</sup>

Conforme Negrão e Amado (1989) destacam, muitas dessas pesquisas foram influenciadas por estudos estrangeiros<sup>8</sup> cujo objetivo era denunciar o tratamento discriminatório destinado a mulheres e negros na literatura. Sob essa influência, e em resposta à pressão exercida por grupos minoritários, uma série de teses acadêmicas foi desenvolvida no Brasil, seguindo essa linha crítica.

Entre os estudos que abordam as representações machistas nos livros didáticos, destacam-se a dissertação de mestrado de Zoya Dias Ribeiro, defendida na Universidade Federal do Ceará em 1981, sob o título *Falas e silêncio nos discursos pedagógicos dos livros didáticos: análise dos estereótipos comportamentais masculinos e femininos veiculados pelos livros de expressão e comunicação*, e a tese de doutorado de Paulo de Tarso de Oliveira, apresentada à Universidade de São Paulo em 1982, intitulada *Livros didáticos de leitura e o interesse dos escolares pela leitura*. No que tange aos artigos sobre o tema, destaca-se o pioneirismo do trabalho de Maria Luíza Eluf intitulado *O desenvolvimento dos papéis nos livros didáticos* (1981), e *A imagem da mulher nos livros didáticos*, de Regina Paim Pinto (1981).

---

<sup>7</sup> Dante Moreira Leite, com a obra *Preconceito racial e patriotismo* em seis livros didáticos brasileiros, já havia realizado uma análise dos preconceitos raciais presentes nos livros didáticos, mas seu trabalho naquele momento era pioneiro. O que se observa, a partir desse segundo momento, é uma grande quantidade de pesquisas, com referências teórico-metodológicas que dialogam entre si.

<sup>8</sup> Um exemplo é o livro *Mentiras que parecem verdades*, de Luigi Bonazzi e Umberto Eco, sobre os mecanismos de construção e disseminação de falsas verdades no âmbito social, político e cultural. A obra examina como as mentiras podem ser aceitas e internalizadas por sociedades inteiras, muitas vezes por meio de narrativas convincentes e poderosos instrumentos de comunicação, como a mídia.



Quanto às análises de preconceito racial nos livros didáticos, as dissertações de Pinto e Tavares, ambas de 1981, oferecem uma leitura convergente e aprofundada sobre como esses materiais contribuem para a reprodução de desigualdades e a manutenção de hierarquias sociais. Pinto, em *O livro didático e a democratização da escola*, apontou a predominância de personagens brancos em papéis centrais e a representação secundária e estereotipada de personagens negros. Já Tavares, em *No reino da desigualdade*, analisou como a lógica dominante na produção dos livros didáticos marginaliza as vivências das classes populares, limitando o aprendizado e as possibilidades de ascensão social.

Negrão (1988) analisou a metodologia utilizada nessas pesquisas. Ela apontou que a metodologia empregada por Pinto e Tavares foi orientada para investigar a dinâmica entre emissor e receptor na produção cultural destinada às crianças. Negrão (1988) destacou que Tavares articulou essa relação de forma dialética: por um lado, uma comunicação entre desiguais — o autor adulto branco e as crianças — e, por outro, entre “iguais”, já que os autores, em sua maioria, construíam seu discurso para um público retratado como crianças brancas de classe média.

É sintomático que, em 1987, a revista *Cadernos de Pesquisa* lançou uma edição intitulada *Raça Negra e Educação*, na qual uma seção foi dedicada a artigos que discutiam a discriminação racial veiculada por livros didáticos. Entre os textos, destacam-se: *O negro no livro didático e a prática dos agentes de pastoral negros*, de Vera Regina Santos Triumpho; *Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º grau*, de Ana Célia da Silva; *Livro didático: um mal necessário*, de Joel Rufino dos Santos; e *Livro didático: uma tentativa de inversão do sinal*, de Ademil Lopes. Esses trabalhos abordaram resultados de pesquisas, revisões da bibliografia sobre o tema e propostas para a transformação dos conteúdos racistas. No debate, surgiram questões polêmicas, como a real importância dos livros didáticos na manutenção do racismo e a possibilidade de eles apenas refletirem a situação de

---

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Unidade Universitária de Campo Grande

ISBN: 2526-4052 | Volume 10 | Nº 21 | Ano: 2026 – DOI:<https://doi.org/10.61389/frqvp914>

inferioridade social da população negra. Também foi ressaltado o papel do professor como mediador no processo de produção e recepção desses materiais.

Assim, verifica-se que esse período foi marcado por uma onda significativa de críticas aos livros didáticos, seja por perpetuarem a ideologia dominante, seja por excluírem grupos historicamente marginalizados, como mulheres e negros. Bittencourt (2011) e Munakata (2012), ao analisarem as razões para o surgimento dessas críticas, apontam o regime da ditadura militar como um dos principais fatores. Nesse contexto, as políticas públicas relativas aos livros didáticos estavam sob controle direto dos militares, o que gerava um ambiente de desconfiança. Pesquisadores que analisavam o livro didático a partir das políticas públicas muitas vezes enfrentavam acusações de conivência com o governo autoritário. Embora esses estudos tenham existido, não se consolidaram como paradigma dominante da época.

Entre os estudos dedicados à análise do livro didático no contexto das políticas públicas, as contribuições do professor João Batista Araújo e Oliveira são fundamentais. Em suas obras, como *Subsídios para uma Política do Livro Didático* (1983) e *Três perspectivas na avaliação dos livros didáticos* (1984), Oliveira examina, de forma crítica e aprofundada, os desafios e dilemas que cercam a política pública do livro didático. Ele não apenas investiga as práticas de adoção e uso do material didático nas escolas, mas também propõe soluções e melhorias que visam fortalecer tanto a política estatal quanto sua implementação eficaz no cotidiano escolar.

A partir do delineado, nesse contexto, o panorama de estudos que tomavam o livro didático como objeto dividia-se entre pesquisas que criticavam o livro didático e estudos que o abordavam sob o prisma das políticas públicas. Posteriormente, vieram as perspectivas oriundas da história cultural, inaugurando uma terceira fase nas análises sobre os livros didáticos no Brasil.

### **3. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO: DA MATERIALIDADE ÀS PERSPECTIVAS META-ANALÍTICAS (1993-2023)**

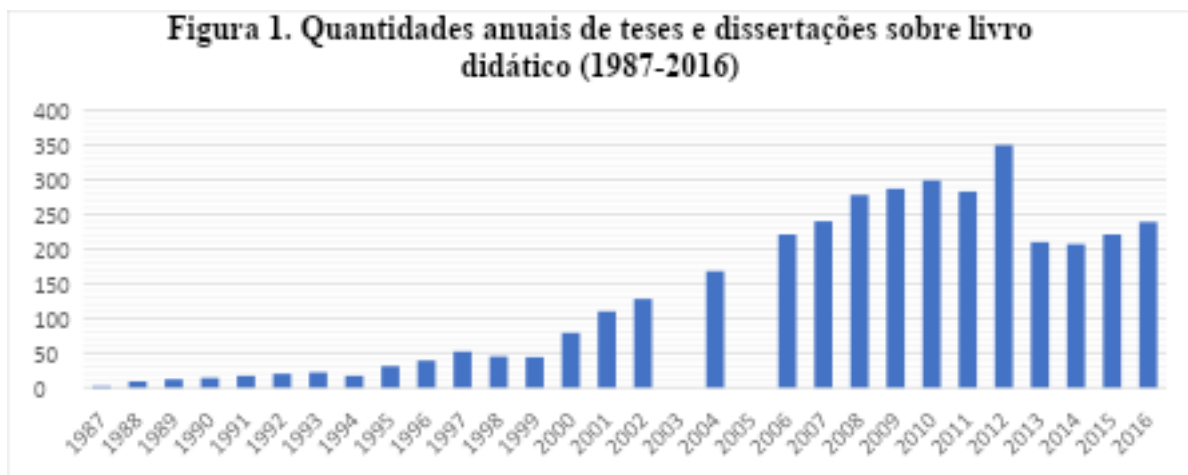
O ano era 1993, e, se o livro didático ainda não ocupava um lugar de destaque na literatura acadêmica, também já não ocupava um local marginal. Choppin já havia escrito *O historiador e o livro escolar*, artigo no qual analisava as tendências internacionais relacionadas ao estudo do livro didático e as inúmeras possibilidades abertas por esse objeto de estudo. Roger Chartier, grande historiador francês da chamada História Cultural, já havia publicado *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, obra na qual explorava as práticas de leitura, a materialidade dos textos e como as formas e os contextos de publicação influenciam a compreensão dos leitores sobre as obras. No Brasil, Circe Bittencourt defendia sua tese *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*.

O trabalho de Bittencourt teve como objetivo investigar a gênese do livro didático no Brasil, situando-o no contexto da criação do Estado Nacional, mais especificamente no período que vai da década de 1820 até 1910. Nesse recorte temporal, a autora analisa as formas pelas quais o Estado brasileiro estruturou o controle sobre esse importante objeto cultural. O conceito de “objeto cultural” é, aliás, de suma relevância para compreender a abordagem de Bittencourt, que trata o livro didático como um objeto cultural a ser inserido na história da cultura. Para embasar teoricamente sua pesquisa, a autora recorreu a estudos sobre a história do livro em geral, incluindo o livro didático como uma etapa específica desse processo. Um exemplo importante é a obra *Histoire de l'édition française*, na qual o livro didático é abordado em dois capítulos: um referente ao Antigo Regime francês, em que o ensino era vinculado à religião, e outro ao século XIX, marcado pelo desenvolvimento da escola

laica e obrigatória. Além disso, Bittencourt apoiou-se nos estudos de Ginzburg e Burke,<sup>9</sup> que exploram como as culturas erudita e popular se inter-relacionam à medida que o universo da leitura e da escrita se expande na sociedade moderna.

Munakata (2012) enfatiza que a obra trouxe uma mudança significativa nas análises sobre o livro didático ao introduzir novas abordagens e incentivar novas pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Esse impacto é demonstrado no banco de teses e dissertações da Capes, que disponibiliza trabalhos acadêmicos defendidos entre 1987 e 2016 (Figura 1).



Fonte: Banco de Dissertações e Teses da Capes (2025).

Ao buscar produções acadêmicas relacionadas ao livro didático, obtiveram-se os dados apresentados acima. A análise dessa tabela revela um aumento nas investigações acadêmicas sobre o tema a partir da década de 1990. Até o final dos anos 1980, o

<sup>9</sup> De Ginzburg recorreu principalmente às reflexões presentes na obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (Ginzburg, 1987). Já de Burke bebeu das reflexões presentes em *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800* (Burke, 1989).

número de teses e dissertações sobre o assunto era relativamente baixo, com uma média anual variando entre 9 e 20 trabalhos. No entanto, a partir de 1995, observa-se uma mudança, com o número de pesquisas praticamente dobrando em relação ao período anterior, alcançando-se 31 trabalhos em 1995 e 39 em 1996.

De acordo com Munakata (2012), as pesquisas realizadas a partir da década de 1990, de forma geral, recusam um idealismo ingênuo que via o livro didático apenas como um veículo de ideias e valores a serem aprovados ou condenados de acordo com uma ortodoxia específica. O autor argumenta que, entre a formulação dessas ideias e desses valores e sua recepção pelo leitor, existe sempre a mediação da materialidade do objeto-livro, que não pode ser ignorada. Ainda, vai além e coloca que o livro não é apenas um texto, mas um artefato físico composto de papel e tinta, cujos registros passam por processos de edição e copidesque que, muitas vezes, introduzem alterações ao texto original.

Seguindo essa proposta, diversos estudos foram conduzidos para compreender a materialidade do livro didático, com destaque para aqueles trabalhos que analisam tanto a produção quanto o impacto desse recurso no mercado editorial brasileiro. Entre os trabalhos pioneiros, a tese de Kazumi Munakata, intitulada *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*, defendida em 1997 na PUC-SP<sup>10</sup>, destaca-se ao examinar a dinâmica do mercado brasileiro de livros didáticos, evidenciando sua estreita relação com o Estado, principal consumidor desse material. Vale ressaltar que Munakata vai além da simples análise mercadológica, explorando as ações dos diversos agentes envolvidos na produção editorial e enfatizando a relevância dos aspectos técnicos de edição e editoração para o sucesso do processo de produção.

---

<sup>10</sup> O impacto da tese de Munakata pode ser mensurado pelo número de citações que tem no Google Scholar (245 citações), sendo esse um dos trabalhos mais citados sobre o tema do livro didático.

Nessa mesma direção, a tese de Márcia Regina Takeuchi, *Análise material de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos*, defendida em 2005, também na PUC-SP, traz uma contribuição ao ampliar o foco para a produção editorial destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Takeuchi revela que os livros didáticos para essa modalidade de ensino são, em sua maioria, versões simplificadas dos materiais utilizados no ensino regular. A autora mostra o descompromisso com a qualidade, perceptível na diagramação, no tamanho dos textos e no uso de ilustrações, fatores que refletem a precariedade do ensino voltado para essa parcela da população. Assim, sua análise complementa a visão trazida por Munakata ao evidenciar um segmento específico dentro da produção de livros didáticos.

Em 2023, Abbeg publicou um artigo no qual analisa a materialidade do livro didático, inserindo-o no universo da cultura material escolar. O autor observa que a escola é composta por diversos elementos físicos — como salas de aula, corredores, carteiras, cadeiras e quadros — que estruturam o espaço e o tempo escolares, sendo o livro didático um dos principais componentes desse conjunto. Quando utilizado pelos professores, ele se torna um recurso pedagógico fundamental, que vai além da função de apoio ao conteúdo: reflete práticas e valores da cultura acadêmica e social.

Em relação à metodologia adotada nessas pesquisas, Bittencourt (2011) salientou que as questões levantadas a partir dos anos de 1990 exigiram um rigor maior nos procedimentos metodológicos. Houve uma ampliação das fontes de pesquisa por meio da incorporação de materiais de diferentes origens. Os arquivos das editoras de livros didáticos assumiram um papel central no acompanhamento do processo de elaboração das obras escolares, tornando-se indispensáveis. Não apenas os autores passaram a ser objeto de análise, mas também editores, ilustradores e gráficos. Em alguns casos, foram recuperadas controvérsias sobre as obras, divulgadas em diversos periódicos, o que enriqueceu o escopo da investigação.

A partir desse conjunto de análises, forma-se um grupo temático que examina não apenas a produção editorial de livros didáticos, mas também sua interconexão com o mercado editorial e as políticas públicas educacionais.

Nesse contexto, a tese de Cassiano (2007), vencedora do prêmio Capes de melhor tese, oferece uma contribuição essencial ao desvendar o complexo entrelaçamento de interesses políticos, educacionais e comerciais que moldam o mercado de livros didáticos no Brasil. Cassiano examina o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), demonstrando como essa política pública transformou o Estado brasileiro no maior comprador de livros didáticos do mundo, o que resultou na reconfiguração do mercado editorial nacional e atraiu grandes grupos internacionais, particularmente de origem espanhola.

As análises sobre o livro didático como política pública continuaram a ser realizadas, com ênfase no processo de avaliação do PNLD. Questionou-se se essas avaliações, realmente promoviam melhorias nas políticas públicas. Entre os estudos que adotaram essa perspectiva, destacam-se a tese de Filgueiras, defendida em 2011, intitulada *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil: 1938-1984*, e o artigo de Vilarinho e Silva (2016), *A avaliação do livro didático como instrumento de afirmação da autonomia da escola e de seus docentes*.

A crescente produção de trabalhos acadêmicos focados no livro didático impulsionou o desenvolvimento de metanálises. Um exemplo é a dissertação de mestrado de Moreira (2006), que se dedicou a esse tema em sua pesquisa. Esse estudo mapeou as pesquisas sobre o livro didático de História na região Sudeste, entre 1980 e 2000, com o objetivo de apresentar um balanço das fontes utilizadas, abordando-se as temáticas, os procedimentos metodológicos e as tendências de produção sobre o livro didático de História nas décadas de 1980.

Dessa forma, as pesquisas nesse período foram amplas, abrangendo desde análises materiais dos livros didáticos, influenciadas por aspectos culturais, até estudos focados no mercado editorial e nas políticas públicas voltadas ao processo de avaliação desse material. Ao se chegar às metanálises, observa-se um refinamento teórico significativo, evidenciando-se um campo de estudo em constante transformação.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho delineou o percurso das pesquisas sobre o livro didático no Brasil entre 1940 e 2023, com o objetivo de identificar tendências, eixos temáticos e principais referenciais teóricos utilizados nessas pesquisas. O estudo, apoiado em fontes como o *Google Scholar*, o Banco de Teses da Capes e obras especializadas, permitiu a identificação de três fases distintas, cada uma marcada por problematizações específicas e particularidades metodológicas.

No primeiro período, de 1940 a 1978, a pesquisa sobre o livro didático era esparsa, mas as obras dessa época tiveram o mérito de instituir discussões que seriam aprofundadas posteriormente. Já no segundo período, de 1978 a 1993, observa-se que as pesquisas tiveram uma forte influência marxista, refletindo o entendimento de que, em sociedades capitalistas, a escola desempenha um papel fundamental na reprodução da ideologia dominante, sendo o livro didático um instrumento privilegiado nesse processo. Por fim, no terceiro período, as análises tornaram-se multifacetadas e abrangeram desde o conteúdo do livro até sua materialidade, além de terem incorporado abordagens meta-analíticas.

Além disso, é importante destacar que as pesquisas sobre o livro didático estiveram profundamente enraizadas nos debates educacionais e nas transformações sociais mais amplas ao longo dessas três fases. Discussões sobre o preço do livro

---

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**

Unidade Universitária de Campo Grande

ISBN: 2526-4052 | Volume 10 | Nº 21 | Ano: 2026 – DOI:<https://doi.org/10.61389/frqvp914>



didático, as parcerias entre o Brasil e a Unesco para combater estereótipos e promover uma cultura de paz no pós-guerra, assim como a difusão de teorias marxistas durante a ditadura militar, são exemplos dessa confluência.

O estudo revela ainda que as investigações sobre o livro didático, inicialmente marginais, foram ganhando destaque no campo da pesquisa educacional. O que antes era visto como um objeto periférico de estudo — o “patinho feio” das pesquisas educacionais — transformou-se em um “belo cisne”, refletindo a real importância e a complexidade dos livros didáticos.

## REFERÊNCIAS

- ABBEG, Vilson A. J. O. Cultura material escolar e o livro didático. **ETS HUMANITAS: Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 44-73, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8374325. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8374325>. Acesso em: 14 out. 2024.
- ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 1. ed. Lisboa: Presença, 1974.
- AZEVEDO, Aroldo de. O livro didático: sua grande missão e suas condições mínimas. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 38, p. 38-42, 1961. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1212>. Acesso em: 14 out. 2024.
- BAZANELLA, Waldemar. Valores e estereótipos em livros de leitura. **Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1957.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 163–182, 2011.

BONAZZI, Luisa; ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.

BRAGA, Rubem. **Contra os livros**. 1948. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/3456>. Acesso em: 3 out. 2024.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500–1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada de capital internacional espanhol (1985–2007)**. 2007. 257 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012.

ELUF, Maria Lúcia. O desenvolvimento dos papéis sexuais no livro didático. In: Conferência Brasileira de Educação, 1981, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Cortez, 1981.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Ideologia no livro didático**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938–1984)**. 2011. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FRANCO, Maria Lúcia P. B. **História do Brasil: a versão fabricada nos livros didáticos de 2º grau**. 1981. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Guy de. A pesquisa dos estereótipos e valores nos compêndios de História destinados ao curso secundário brasileiro. **Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1957.

HOLLANDA, Guy de. **Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931–1956)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1957.

ISSITT, John. The social function of the textbook: the British experience. **History of Education**, v. 27, n. 3, p. 241–258, 1998.

LEITE, Dante Moreira. Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Brasileiros. **Revista de Sociologia**, v. 5, n. 9, p. 30-45, 1950.

LOPES, Antonio. Livro didático: uma tentativa de inversão do sinal. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 101-102, 1987. Disponível em:  
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1284/1285>. Acesso em: 14 out. 2024.

LUNA, Vera Lúcia Dantas de Rezende. **Elementos ideológicos subjacentes à educação e à psicologia frente à aprendizagem de valores sociomoraes**: análise de textos didáticos de moral e cívica. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

MOREIRA, Kênia. **Leituras sobre o livro didático de História**: pesquisas na região Sudeste (1980–2000). 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático**: alguns temas de pesquisa. São Paulo: PUC-SP, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

MUNIZ, Paulo Pontes. O livro didático de física. **Curriculum**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 88-92, 1965. Disponível em:  
<https://periodicos.fgv.br/curriculum/article/download/61442/59627/129483>. Acesso em: 14 out. 2024.

NEGRÃO, Esmeralda. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis. **Cadernos de Pesquisa**, v. 65, p. 52–65, 1988. Disponível em:  
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1196>. Acesso em: 14 out. 2024.

NEGRÃO, Esmeralda; AMADO, Tereza. **A imagem da mulher no livro didático: estado da arte**. v. 2. São Paulo: FCC, 1989. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/article/view/2418/2377>. Acesso em: 14 out. 2024.

NOSELLA, Maria Luiza de Carvalho D. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 2. ed. São Paulo: PUC-SP, 1978.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Subsídios para uma política do livro didático**. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia, 1983.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Três perspectivas da avaliação dos livros didáticos**. 1. ed. Rio de Janeiro: ABT, 1984.

PINTO, Regina P. **O livro didático e a democratização da escola**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RATHLEF, Celina. **O livro didático brasileiro**. 1989. Monografia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

REIS, Maria José. A "Obra Getuliana" através da Revista do Serviço Público. **PosFAUUSP**, v. 22, n. 37, p. 58-77, 2015. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v22i37p58-77. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v22i37p58-77>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIBEIRO, Zilda Dantas. **Falas e silêncio nos discursos pedagógicos dos livros didáticos: análise dos estereótipos comportamentais masculinos e femininos veiculados pelos livros de expressão e comunicação**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1981.

SANTOS, José Roberto dos. Livro didático: um mal necessário? **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 99-100, 1987.

SILVA, Raul Pilla da. A questão econômica do livro brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v. 2, n. 3, p. 64-68, 1940.

TAKEUCHI, Márcia Regina. **Análise material de livros didáticos para educação de jovens e adultos**. 2005. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TAVARES, Maria Lúcia de S. B. P. **No reino da desigualdade**: análise da dramaturgia infantil brasileira. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000715298>. Acesso em: 3 out. 2024.

TRIUMPHO, Vera Regina S. O negro no livro didático e a prática dos agentes de pastoral negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 63, p. 93-95, 1987.

Data da submissão: 02/03/2026

Data do aceite: 07/05/2026